



**O papel do Conselho Escolar no processo de Consolidação de uma
Gestão Democrática**

**Ribeirão das Neves
2011**



VALDIRENE COELHO ARAÚJO

**O papel do Conselho Escolar no processo de Consolidação de uma
Gestão Democrática**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.
Orientadora: Prof.^a Ms. Eliandra da Costa Mendes

**Ribeirão das Neves
2011**



VALDIRENE COELHO ARAÚJO

O papel do Conselho Escolar no processo de Consolidação de uma Gestão Democrática

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof.^a. Ms. Eliandra da Costa Mendes – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Ribeirão das Neves, 28 de janeiro de 2011

Dedico este trabalho aos meus amados
filhos Vinícius, Aline e ao meu esposo
Valdenir que são a razão da minha luta
constante. E também as queridas
professoras Eliandra e Beatriz que
contribuíram enormemente para que eu
chegasse até aqui.

Agradecimentos

Inicialmente quero agradecer a Deus, pelos dons recebidos.

Agradeço a minha mãe, pelo amor incondicional.

Aos meus professores, pelos conhecimentos adquiridos.

E finalmente aos colegas de curso pela convivência e trocas.

"Viver é afinar um instrumento, de dentro
pra fora, de fora pra dentro."

Walter Franco

RESUMO

O presente artigo tem como propósito fazer uma reflexão sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Cruz Resende enquanto documento que visa nortear as ações da escola. Objetiva analisar qual é a atuação do Conselho Escolar e de que forma suas ações são efetivadas na prática. O artigo baseia-se no estudo de leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos Cadernos do MEC sobre Conselhos Escolares e nos estudos de Souza e Oliveira (2005) que abordam os avanços e a importância da atuação do Conselho Escolar no processo de democratização da gestão escolar.

Palavras-chave: Conselho Escolar. Democracia. Gestão.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the Pedagogical Political Project of the Municipal School of Cross Maria Resende while document that would guide the actions of the school. Which is aimed at analyzing the performance of the School Board and how their actions are effective in practice. The article is based on the study of laws like the Law of Directives and Bases of National Education, Ministry of Education in books on School Boards and the studies of Souza and Oliveira (2005) advances that address the role and importance of the School Board in the process democratization of school management.

Keywords: School Board. Democracy. Management.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O Projeto Político Pedagógico e a Democratização da Gestão	11
2.1. Atuação do Conselho Escolar da E. M. Maria da Cruz Resende	13
2.2. O Conselho Escolar e a Gestão Democrática	15
2.3. O Conselho Escolar e o Processo Ensino Aprendizagem	17
3. CONCLUSÃO.....	17
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	18
5. ANEXO – PPP da E. M. Maria da Cruz Resende.....	19

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge a partir da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria da Cruz Resende localizada à Rua Maria Adelaide, 496 no Bairro Veneza, Município de Ribeirão das Neves/MG. A instituição é autorizada a atender alunos do ensino fundamental do 1º ao 9º ano.

O Projeto Político Pedagógico representa um mecanismo importante e que muito contribui para o exercício de uma gestão democrática. Os fundamentos que o norteiam visam preparar o educando para exercer o verdadeiro papel de cidadão, capaz de transformar a sociedade em que vivem, com consciência e responsabilidade social.

Este documento tem como finalidade educativa refletir sobre a importância uma educação de qualidade para todos. Para isso deve-se configurar como um instrumento que ajude a promover momentos de análise e reflexão coletiva das ações educativas. Como consta no PPP da referida instituição, vale ressaltar que a escola não tem obtido êxito em promover uma gestão participativa, uma vez que vem encontrando muitas dificuldades em compor o Conselho Escolar e efetivar na prática a sua atuação. De acordo com Souza (2005).

O Conselho é órgão responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como no administrativo e financeiro. (SOUZA, 2005, p.4)

A dificuldade em compor este órgão, que é de fundamental importância para a democratização da escola, levou-me a levantar alguns questionamentos os quais se destacam:

- 1.Qual a forma de atuação deste Conselho?
- 2.Os membros do Conselho tem consciência de seu papel?
- 3.O que fazer para ter um Conselho atuante e consciente?

Tais questionamentos sustentam a temática de análise do presente estudo: a consolidação dos processos de decisão no âmbito escolar. Refletir sobre o Conselho Escolar é imprescindível para pensarmos em uma gestão escolar democrática. Buscou-se aqui detectar quais os principais obstáculos os profissionais da escola Maria da Cruz Resende enfrentam para a organização de um Conselho atuante e para a efetivação do mesmo enquanto espaço de decisão coletiva.

2. O Projeto Político Pedagógico e a Democratização da Gestão

A educação é direito do cidadão garantido em lei. A escola é um espaço social de trocas coletivas, onde todos aprendem. A democratização do acesso ao ensino, implica no aprendizado, na vivência, no exercício da participação e no processo de tomada de decisões. Nesse sentido, o projeto político pedagógico ocupa papel central na construção de processos coletivos, de participação e na implementação de uma gestão democrática.

A construção do PPP da escola Municipal Maria da Cruz Resende se deu inicialmente por exigência da Secretaria Municipal de Educação. Sua elaboração foi realizada de forma coletiva, contando com a participação de alguns representantes de diferentes segmentos da escola. Mas o PPP não assumiu o seu verdadeiro propósito, pois, de acordo com Azevedo (2005) isso só ocorre quando o seu processo de elaboração e implementação se pauta no princípio democrático da participação de todos da comunidade educativa e, portanto, como um elemento do exercício da gestão democrática.

Por não ter nascido do desejo da própria escola, o PPP se tornou apenas mais um documento na gaveta e não é utilizado para nortear suas ações. Isso inviabiliza a construção de uma identidade própria da instituição e torna mais complexo o planejamento de ações a médio e longo prazo. Nessa direção Oliveira (2010) orienta que:

(...) o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações

competitivas, e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (VEIGA apud OLIVEIRA, 2010, s.p.)

Por não efetivar o PPP na prática, a escola ainda não conseguiu alcançar sua autonomia administrativa, financeira e pedagógica, por isso encontra dificuldades em promover um Conselho escolar atuante. Nesse sentido é necessário despertar nesta instituição, como sugere OLIVEIRA (2010, s.p.),

(...) a sensibilidade à cultura do registro do pensado e vivenciado pela escola; o encontro de alternativas para problemas recorrentes no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer e reconhecer o melhor da sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o desenvolvimento da crítica e da autocrítica, pautados no respeito às diferenças e na construção de um espaço efetivamente coletivo.

Outro fato que contribui para que a escola não alcance a autonomia desejada é a forma pela qual se dá a escolha do gestor, que acontece por livre indicação política prevalecendo o favorecimento, sem levar em conta a competência do gestor ou o respaldo da comunidade escolar. Este critério de provimento ao cargo de gestor escolar interfere no processo de democratização da escola, pois o gestor por 'obrigação' passa a defender os interesses dos governantes, e em algumas situações deixando em segundo plano a real necessidade da escola. De acordo CURY (2002, p.20) “a escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas”. Sendo assim uma eleição para a ocupação deste cargo é de extrema importância para garantir que a sociedade participe democraticamente da escolha dos dirigentes das escolas públicas.

Nesse sentido é inaceitável que as escolas sejam usadas para manobras políticas visando o interesse e o bem estar de poucos, é necessário fazer valer o que rege a Constituição Federal de 1988 que estabelece princípios para a educação brasileira, dentre eles: obrigatoriedade, gratuidade, liberdade, igualdade e gestão democrática. Uma forma de efetivar esses princípios é a eleição direta para direção da escola, processo que possibilita a autonomia e a democratização da escola, por ser o primeiro passo que contribui para promover a participação da comunidade nas discussões do cotidiano e nas tomadas de decisões.

Para além desse impasse da escolha dos gestores, a Escola Maria da Cruz Resende ainda carece de um Conselho Escolar que funcione de maneira efetiva e que pudesse contribuir por garantir um outro momento/espço de decisão coletiva entre comunidade e equipe pedagógica.

2.1. Atuação do Conselho Escolar da E. M. Maria da Cruz Resende

Na escola existem apenas dois espaços de decisão coletiva: O Conselho Escolar (também conhecido como Colegiado) e o Conselho de Classe. Ambos ainda atuam de forma precária.

O Conselho escolar é composto pelo diretor e representantes dos segmentos de professores, especialistas, funcionários, pais e alunos maiores de 16 anos. O mesmo foi organizado no mês de junho de 2010, em caráter de emergência, devido à troca do diretor e o desligamento de alguns membros, que não se encontram mais na escola devido ao processo de mudança de lotação. A não ser em caráter de emergência, a eleição para escolha dos membros do Conselho escolar é realizada de dois em dois anos através de voto direto, aberto a participação de toda comunidade escolar.

Ficou evidenciado no PPP da instituição, que a mesma encontra muita resistência das pessoas em participar desse espaço de decisão coletiva e muita dificuldade em reunir os membros do Conselho para fazer a prestação de contas. Para que um órgão como esse funcione adequadamente é necessário que se estabeleça uma agenda prévia de encontros, momentos de capacitação para os seus membros, reuniões para discussão sobre o uso dos recursos repassados à escola e sobretudo o planejamento das ações a serem desenvolvidas ao longo do ano.

Para que essas ações se efetivem é necessário que os funcionários, pais e alunos conheçam o real significado e funções do Conselho e entendam a importância do mesmo na efetivação da democratização das decisões da escola. Os membros que compõem um órgão consultivo e deliberativo precisam ter clareza de suas atribuições e necessitam estar cientes do documento mais importante a ser

construído pela instituição: o PPP. Segundo Oliveira (2010) conhecer e contribuir para elaboração do PPP é importante haja visto que:

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2010, s.p.)

A constituição de um Conselho Escolar efetivo pode também assegurar a organização de um Conselho de Classe mais democrático. Na Escola Maria de Resende Cruz as reuniões do Conselho de Classe atualmente acontecem ao final de cada bimestre com a participação restrita de alguns professores e especialistas que avaliam e discutem os resultados, frequência e as questões referentes à disciplina dos alunos. Percebe-se, porém, que o tempo é pouco para planejar ações para intervir nas situações problemas e a participação dos alunos e dos pais é inexistente.

De acordo com o Regimento Escolar do Município o Conselho de classe deve ser constituído pelo: diretor, professor e especialista e representantes dos alunos. Essa equipe deverá se reunir no mínimo quatro vezes no decorrer do ano letivo e suas reuniões devem ser lavradas em ata. O aluno representante deverá participar do Conselho realizando avaliação do professor, dos especialistas e da direção escolar de forma democrática e respeitosa.

Além dos problemas citados acima, (por não ter um Conselho Escolar capacitado, organizado e atuante) a instituição ainda enfrenta outros tipos de problemas entre os quais podemos destacar: a centralização do poder no gestor e esse submisso ao poder público; falta de funcionários; a obrigação de seguir o calendário enviado pela secretaria; a limitada participação dos pais na vida escolar dos filhos; a dificuldade de por em prática uma Proposta Pedagógica que contemple o currículo, avaliação e o tempo escolar que esteja de acordo com as necessidades dos educandos.

Neste sentido acredita-se que o gestor é o principal responsável em promover mecanismos para compor um Conselho atuante. Para isso é necessário: escolher

bem os representantes; cuidar para que todos participem das decisões em igualdade de condições; informar com antecedência a pauta da reunião; garantir o respeito às decisões tomadas. De acordo com NAVARRO (2004, p.43) “a escolha dos membros do Conselho deve-se pautar pela possibilidade de efetiva participação: o importante é a representatividade, a disponibilidade e o compromisso”.

2.2. O Conselho Escolar e a Gestão Democrática

Para que o Conselho Escolar contribua para que a gestão democrática, realmente aconteça na escola, é preciso se despir das velhas práticas e dar lugar ao novo. A gestão democrática implica na efetivação de novos processos de organização e gestão embasados numa dinâmica que privilegie os processos coletivos e participativos de decisão. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 14, apresenta que:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 9394, 1996, art. 14)

O Conselho Escolar é órgão que representa a comunidade e garante a transparência e democracia nas instituições escolares. Para DOURADO (2004, p. 15)

O Conselho Escolar configura-se como uma instância colegiada, que deve ter participação de representantes dos diferentes segmentos das comunidades escolar e local, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador.

Portanto não basta apenas o Conselho existir, ele tem que ser atuante consciente de suas atribuições e de sua forma de funcionamento, para desenvolver um bom trabalho no âmbito escolar. Navarro (2004) aponta-nos como deve ser a organização desse órgão:

A primeira atribuição do Conselho é de grande importância para garantir um bom funcionamento; para isso deverá elaborar o Regimento Interno do Conselho Escolar, que defini ações importantes, como calendário de reuniões, substituição de conselheiros, condições de participação do suplente, processos de tomadas de decisões, indicação das funções do conselho. No segundo momento cabe ao conselho partir para a elaboração ou avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola. (NAVARRO, 2004, p. 45)

Com a descentralização das verbas repassadas às escolas e criação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)¹, aumenta ainda mais a responsabilidade do Conselho que assume o dever de planejar, acompanhar e fiscalizar os recursos que chegam à unidade escolar.

Administrar uma escola na sociedade em que vivemos não é uma tarefa fácil por isso é necessário que o gestor busque no Conselho apoio e respaldo para desenvolver seu trabalho. Esse órgão ajuda a legitimar as ações tomadas pela direção da escola e divide as responsabilidades dos projetos e da organização institucional. Sem contar que faz com que a escola seja construída por todos e possua as características dos seus representantes. A esse respeito PARO (1995 p.81 e 82) afirma que:

[...] Uma solução que se poderia imaginar para essa questão é a de dotar o conselho escolar de funções diretivas, semelhantes as que tem hoje o diretor. Dessa forma o responsável último pela escola deixaria de ser o diretor, passando a ser o próprio conselho, em co-responsabilidade com o diretor, que dele também faz parte. A vantagem desse tipo de solução é que o conselho, na condição de entidade coletiva, fica menos vulnerável, podendo tomar medidas mais ousadas, sem que uma pessoa sozinha, corra o risco de ser punida pelas escalas superiores.

Nesse sentido o Conselho passaria a assumir o seu verdadeiro papel e a escola garantiria uma maior autonomia, passo importante para a democratização da educação.

1 . O PDDE tem como objetivo repassar os recursos financeiros para as escolas, destinando-os à cobertura de despesas de custeio, manutenção e de pequenos investimentos, de forma a contribuir, supletivamente, para a melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados na manutenção conservação do prédio escolar, aquisição de material necessário ao funcionamento da escola, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, avaliação da aprendizagem, implementação do projeto pedagógico, aquisição de material didático/pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais diversas (BRASIL, 1995, p11).

2.3. O Conselho Escolar e o Processo Ensino Aprendizagem

Como vimos o Conselho Escolar também é responsável pela elaboração, implantação e avaliação do Projeto Político Pedagógico. A construção deste documento é uma das formas de garantir a qualidade da educação oferecida. Wittmann (2004) define o Conselho Escolar como sendo

(...) o espaço que todos os segmentos da comunidade escolar e local têm para discutir e encaminhar ações que assegurem as condições necessárias à aprendizagem na escola, para que as crianças, adolescentes e jovens possam ser cidadãos que participem plenamente da vida social. (WITTMANN, 2004, p. 13)

Neste sentido é válido afirmar que esse órgão tem o dever de fazer cumprir o Conselho de classe da forma que é estabelecido no regimento escolar, para garantir que o processo de ensino aprendizagem passe pelo movimento de ação e reflexão possibilitando detectar os pontos fracos e planejar ações de melhorias para a ação pedagógica.

Entretanto para fazer um planejamento é necessário diagnosticar a realidade, por isso podemos destacar também a importante função do Conselho Escolar de analisar as avaliações internas e externas, de trazer a comunidade para refletir sobre os resultados para juntos planejar ações que visem a qualidade do ensino e o sucesso dos alunos.

3. CONCLUSÃO

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria da Cruz Resende foi possível perceber alguns entraves que dificultam o processo de gestão compartilhada, dentre eles podemos citar: a indicação de gestores sem uma eleição da comunidade, o calendário e regimento fixo para toda a rede municipal, a escolha única dos livros didáticos. Mas os aspectos aqui considerados mais relevantes foram: a construção do PPP apenas por imposição da Secretaria Municipal de Educação e a forma precária de atuação Conselho no dia-a-dia da escola.

Neste contexto cabe ao gestor criar mecanismos para promover a atuação efetiva do Conselho, pois uma escola que tem como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e atuantes no meio em que vivem, deve sempre incentivar a participação da comunidade. De acordo MAFASSIOLI (2007, p.7) “a gestão democrática é um processo em construção, complexo e possível, se tecido junto, de forma intencional, a partir da organização de processos coletivos”. Nesse sentido faz se necessário reunir forças no coletivo para que assim a escola possa conquistar sua autonomia pedagógica, financeira e administrativa.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J. M. L. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. **Jornal do Professor**, Home Page da TVE, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução FNDE/CD** nº12, de 10 de maio de 1995. Brasília: 1995.

DOURADO, Luiz F. et all. **Conselho Escolar, Gestão Democrática da Educação e a Escolha do Diretor**. MEC/SEB, 2004.

MAFASSIOLI, Andréia da S. Conselho Escolar: a participação construindo a gestão democrática na escola. **XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, 2007.

NAVARRO, Ignez et all. **Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania**. MEC/SEB, 2004.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza [et. al.]. **Planejamento e trabalho coletivo: caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005.

OLIVEIRA, João F. de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: www.tvbrasil.com/salto. Acessado em novembro de 2010.

WITTMANN, Lauro et all. **Conselho Escolar e o Respeito e a Valorização do Saber e da Cultura do Estudante e da Comunidade Escolar**. MEC/SEB, 2004

5. ANEXO – PPP da E. M. Maria da Cruz Resende



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PV – PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL “MARIA DA CRUZ RESENDE”**

**VALDIRENE COELHO ARAÚJO
TURMA 07 – PÓLO: B.HTE**

Ribeirão das Neves
2010

VALDIRENE COELHO ARAÚJO

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
ESCOLA MUNICIPAL MARIA DA CRUZ RESENDE**

**PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
MARIA DA CRUZ RESENDE APRESENTADO AOS
COORDENADORES DA SALA AMBIENTE PROJETO
VIVENCIAL DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO
ESCOLAR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
COMO ATIVIDADE OBRIGATÓRIA, SOB ORIENTAÇÃO DA
PROFESSORA ASSISTENTE ELIANDRA DA COSTA MENDES.**

Ribeirão das Neves

2010

1. INTRODUÇÃO

A Proposta Pedagógica é um mecanismo importante para exercer uma gestão democrática, que tem como objetivo, preparar o educando para exercer o verdadeiro papel de cidadão, capaz de transformar a sociedade em que vivem, com consciência e responsabilidade. Souza (2005) define gestão democrática:

(...) como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2005,p.12)

Esse processo sustentado no diálogo e na alteridade tem como base a participação de todos os segmentos da escola. Nessa perspectiva, a escola que almeja alcançar o sucesso deve perceber que é necessário o movimento de ação e reflexão, definindo de forma clara a finalidade da educação, a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisões, as relações de trabalho e os processos avaliativos dentro da instituição.

A Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) têm como um dos princípios a gestão democrática. Para garantir tais ações é necessária a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico envolvendo a participação de todos os segmentos da escola. Segundo BARBIR (1996, p.34) “projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre suas soluções.” Assim buscando o envolvimento de todos, através deste compromisso, podemos assegurar um real investimento de qualidade no processo, educacional a ser alcançado a médio e longo prazo.

Diante deste contexto a Escola Municipal Maria da Cruz Resende em consonância com Diretrizes Curriculares Nacionais, Conselho Nacional de Educação, Lei de Diretrizes e Bases, elabora sua Proposta Pedagógica, de forma coletiva buscando a participação de todos os segmentos da escola e da comunidade. A partir da elaboração deste documento vem estabelecer metas, estratégias e formas de avaliações, direcionando as ações da escola, numa dinâmica de ação/ reflexão,

buscando solucionar os conflitos do dia-a-dia. Com a elaboração deste documento a escola passa a construir sua própria identidade.

Dados de identificação da escola:

Escola Municipal Maria da Cruz Resende

Lei de criação: 1721/95

Lei que dispõe sobre a alteração da denominação: 2007/97.

Localizada na Rua Maria Adelaide, nº 496 - Bairro Veneza - Município de Ribeirão das Neves – MG. CEP: 33820 - 080

Modalidade de ensino:

Autorizada a atender a alunos do ensino fundamental do 1º ao 9º ano. Demanda atendida atualmente do 5º ano ao 9º ano ensino fundamental, educação de jovens e adultos.

Horário de funcionamento:

A escola presta atendimento à comunidade nos três turnos - 7:00h às 22:00h.

Sendo:

Matutino: 7:00h às 11:30h alunos do 7º ao 9º ano.

Vespertino: 13:00h às 17:30halunos 5º ao 6º ano.

Noturno: 18:00h às 22:00h alunos da EJA.

2. FINALIDADES EDUCATIVAS

A Escola Municipal Maria da Cruz Resende tem como finalidade proporcionar uma educação de qualidade para todos. Para alcançarmos esta qualidade pretendemos trabalhar de forma interdisciplinar e sócio-interacionista, vinculando o conhecimento às ações cotidianas dos educandos. Segundo VIGOTSKY (1998, p. 75)

A aprendizagem deflagra vários processos internos de desenvolvimento mental, que tomam corpo somente quando o sujeito interage com

objetos e sujeitos em cooperação. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento.

Para tanto devemos, promover espaços e momentos que permitam pensar coletivamente as ações educativas de forma interativa e participativa, delineando a identidade coletiva da instituição, sua finalidade e propósito, o papel dos educandos e dos educadores, bem como sua relação com a comunidade. A partir disso lançar bases que priorizem a coesão do trabalho educativo, a busca pelo conhecimento, as relações sociais saudáveis e a vivência da cidadania plena dentro e fora do âmbito escolar.

Nessa perspectiva a educação deve se organizar-se em torno dos quatro pilares fundamentais na aprendizagem: aprender a conhecer adquirir instrumentos de compreensão; aprender a fazer para agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, para participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; aprender a ser para melhor desenvolver a sua personalidade. (DELORS, 1998).

Ao adotar a concepção sócio-interacionista, e trabalhar os pilares da educação a nossa escola pretende oferecer um aprendizado significativo, capaz de atender as demandas sociais. Para isso pretende formar cidadãos críticos, participativos, capazes de atuar com responsabilidade no meio em que vivem conscientes de seus direitos e deveres, enfim um sujeito autônomo na construção de seu próprio conhecimento.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola é um espaço social de troca coletiva, onde todos aprendem. A educação é um direito de todo cidadão garantido por lei que nos deixa bem claro o relato do art.205 da nossa Constituição Federal de 1988:

A educação é direito de todos, e dever do estado e da família, será promovido e incentivado com colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, e seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205)

Nesse sentido a E. M. M^a da Cruz Resende organiza seu espaço de forma a contribuir na formação do educando e assegurar todos os preceitos legais.

3.1 Aspectos físicos

Após 12 anos de funcionamento em um espaço inadequado, hoje a escola conta com uma estrutura física dentro dos padrões mínimos de qualidade. A escola possui 16 salas de aulas arejadas com boa luminosidade e espaço adequado ao número de alunos, 1 laboratório de informática com acesso à internet, 1 laboratório de ciências que aguarda a aquisição dos equipamentos, 1 auditório com equipamento de som e capacidade de acomodar 400 pessoas, 1 biblioteca arejada com boa luminosidade que comporta 40 alunos por vez e um acervo regular, 1 pequena sala de professores, 1 supervisão, 1 direção, 1 secretaria informatizada com acesso à internet, 1 cantina, 1 refeitório, 1 quadra coberta, 3 pequenos depósitos de materiais, 3 banheiros para funcionários, 4 banheiros e 2 vestiários para os alunos, adaptados para atender também aos portadores de necessidades especiais.

3.2 Aspectos administrativos

A escola tem que se aprimorar muito nas questões administrativas, tem que trabalhar de forma democrática descentralizando o poder, este sempre focado no gestor. Essa mudança deve ocorrer sobretudo nas decisões financeiras e administrativas dos recursos que entram na instituição.

A escola recebe recursos do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na Escola) PME (Projeto de Melhoramento da Escola) e PDE (Programa de Desenvolvimento da Escola). As verbas são utilizadas para suprir as necessidades da escola, sem que seja realizado um planejamento. O colegiado não é atuante, pois participa somente das prestações de contas. Infelizmente essa é uma realidade que precisa ser modificada. É de extrema importância fazer com que o Colegiado passe a avaliar e propor ações com os recursos que recebemos. Esse órgão tem como função deliberar junto com o diretor.

Em seu quadro de pessoal a escola conta 1 diretor, 1 vice-diretor, 4 técnicos pedagógicos, 6 secretários, 3 bibliotecários, 2 monitores de informática, 25 professores da básica II, 7 professores da básica I, 1 coordenadora e 18 monitores do Programa Mais Educação, 2 porteiros, 9 auxiliares de serviço gerais, 6 cantineiras e 02 porteiros.

Em relação às outras tarefas administrativas, cada qual desempenha sua função. O secretário escolar é responsável pela escrituração da escola e de atender as solicitações dos docentes, discentes, pais e de outros que necessitarem. Os técnicos pedagógicos são responsáveis por coordenar o trabalho pedagógico, acompanhar o desenvolvimento de professores e alunos, organizar o módulo (reunião quinzenal com professores) atender as famílias e as solicitações do gestor e da Secretaria de Educação.

O regimento utilizado pela escola é padrão para todas, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação do Município. Nele são apresentadas as políticas educacionais; a organização administrativa, financeira e técnica; o regime disciplinar; organização do ensino e as disposições gerais. As normas e horários de atividades nem sempre são respeitadas por todos, o que causa desconforto no ambiente de trabalho.

3.3 Aspectos pedagógicos

A escola pretende trabalhar de forma interdisciplinar e sócio-interacionista, vinculando o conhecimento às ações cotidianas do educando. Para tanto, promoverá espaços e momentos que permitam a troca de experiências e informações entre os professores, de acordo com o ano de escolaridade, de forma que eles possam definir objetivos comuns a serem trabalhados no que se refere a um dado conteúdo. E a partir disso estabelecer metas, estratégias e formas de avaliação comuns.

Além disso, caberá aos professores e a equipe pedagógica observarem e discutirem a concretização de projetos que atendam tanto a demanda dos alunos, quanto a complementação de um dado conteúdo ou tema transversal, definindo papéis e atribuições, metodologia, recursos e cronogramas. Ao especialista (técnico

pedagógico) cabe auxiliar no alinhavar das ideias e dar suporte técnico e administrativo.

No que se refere à escolha do livro didático e literatura também é necessária à troca de informações e experiências entre os pares de uma dada etapa do ciclo, lembrando que o trabalho deverá ter unidade e coesão permitindo sua continuidade nos anos seguintes. Quanto aos temas transversais caberá aos professores definir quais, quando e como trabalhar, sendo que alguns como, cidadania e sexualidade terão prioridade, dada à realidade social em que a escola está inserida.

A formação das turmas será realizada agrupando os alunos por ano de escolaridade, respeitando as particularidades e idade. Acreditando que estando todos na mesma faixa etária, o rendimento será coletivo e os alunos não sofrerão constrangimento em mostrar suas dúvidas tornando a aula participativa e produtiva.

As atividades complementares, extracurriculares e extra- escolares deverão ter objetivos pedagógicos e estarem coerentes com o conteúdo a ser trabalhado pela disciplina proposta. Caberá ao professor definir e avaliar bem tais atividades, levando em consideração principalmente se as mesmas atingiram o propósito para o qual foram pensadas, como se deu a participação e envolvimento dos alunos, de que forma esse conhecimento poderá ser significativo no dia-a-dia do aluno, e principalmente a validade da proposta.

Quanto ao projeto educativo da escola, será necessário pensar coletivamente estratégias que garantam uma participação mais efetiva dos pais, promovendo uma maior interação entre escola e família. Que não sejam apenas as reuniões destinadas à entrega de resultados bimestrais, mas também oportunidade de despertar os pais para a vida escolar do filho, conhecer os objetivos da instituição, os projetos que estão sendo desenvolvidos, dentre outras ações realizadas pela escola.

4. CURRÍCULO

O currículo da E.M. Maria da Cruz Resende é constituído pelos componentes curriculares da base nacional comum previsto na LDB – Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 e organizado de acordo com as diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos do Conselho Nacional de Educação - CNE, tendo os conteúdos das áreas do conhecimento articulados com as experiências de vida do aluno, problematizando temas relacionados à saúde, sexualidade, vida familiar e social, meio ambiente, trabalho, tecnologia, cultura e linguagem, ministrada de forma interdisciplinar e transdisciplinar. Segundo Gorodicht e Souza (1999) o currículo deve ser:

(...) um processo que proporcione o conhecimento, a investigação e a reflexão da realidade, da forma implícita de pensar e de agir das pessoas que com ela e nela interagem para, num movimento dialógico coletivo de negociações, estruturar-se uma ação educacional possível. (GORODICHT e SOUZA, 1999, p.77).

Portanto, a proposta educativa da nossa escola, organiza-se fundamentada nos quatro pilares:

1. Aprender a conhecer: domínio de instrumentos de autonomia intelectual;
2. Aprender a fazer: domínio de meios para agir sobre a realidade;
3. Aprender a conviver; domínio de participação e solidariedade em todas as atividades humanas;
4. Aprender a ser: domínio de auto-conhecimento para um melhor desenvolvimento de sua personalidade e realização pessoal.

De acordo com a Lei nº 9394/96 e suas emendas, os currículos do Ensino Fundamental devem abranger obrigatoriamente o estudo da Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, Língua estrangeira e Formação Humana. A Lei 11.645/2008 introduz também como temática obrigatória a "História e Cultura Afro-Brasileira". Os Parâmetros Curriculares Nacionais também destacam a importância de trabalhar os temas transversais. Na medida do possível nossa escola pretende desenvolver de forma interdisciplinar tais temáticas.

O ensino fundamental da escola é organizado em ciclos para os anos iniciais e em séries nos anos finais do ensino fundamental. O sistema de ciclo não deu certo para os anos finais, pois os alunos não se preocupavam mais em estudar, uma vez que não seriam retidos ao final do ano.

Para orientar e organizar o sistema de ciclo e as práticas pedagógicas, a escola utiliza os Cadernos do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE). O ensino em ciclo garante um tempo maior, sem interrupção no processo ensino aprendizagem, para que o aluno possa consolidar as capacidades necessárias para cada etapa/ano de escolarização.

O ensino fundamental se organizou em ciclos de formação de modo a garantir o respeito ao ritmo, ao tempo e às experiências de cada educando, assim como às possibilidades de organização coletiva e interdisciplinar da escola. (AZEVEDO, 1999, s.p.)

Os instrumentos formulados pelo CEALE têm como objetivo central em sua proposta, contribuir para que o aluno se aproprie do sistema alfabético, das capacidades de: leitura, produção de textos escritos, compreensão e produção de textos orais o uso de diferentes linguagens corriqueiras que acontecem no dia-a-dia das crianças.

No sistema de série a escola tem como norteador o documento dos Conteúdos Básicos Comuns (CBC). Este tem como objetivo estabelecer os conhecimentos, habilidades e as competências que devem ser construídas ao longo do ano pelo aluno. Define também as metas a serem alcançadas pelo professor.

Podemos concluir que os documentos do CEALE e do CBC são indispensáveis para orientar o trabalho docente produzido no dia-a-dia em sala de aula. Para que o professor conheça e utilize os documentos, ao planejar suas aulas, a escola reserva três dias no início do ano, onde são feito grupos de estudo de acordo o ciclo ou série. Neste encontro os professores dividem os conteúdos por bimestre, especificando os temas e as habilidades a serem trabalhadas. No Módulo (reunião pedagógica) que acontecem quinzenalmente é feita uma avaliação dos trabalhos desenvolvidos, dos resultados obtidos para que coletivamente sejam elaborados os planos de intervenções, para que os alunos consolidem as habilidades propostas.

Dessa forma melhorando o resultado das avaliações externas que cobram as mesmas competências e habilidades contidas nos documentos.

A escola tem consciência de que o currículo não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos e sim uma construção que devem levar em conta as práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas.

5. TEMPO ESCOLAR

A Escola Municipal Maria da Cruz Resende visa alcançar uma concepção ensino democrático-participativa que segundo LIBÂNIO (1999, p.13) “baseia-se na relação orgânica entre a direção e participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos”.

Diante dessa proposta de organização um dos aspectos determinantes é o tempo escolar. No que se refere à nossa instituição o tempo escolar está organizado em consonância com as Diretrizes Curriculares e com as orientações da Secretaria de Educação que determinam o cumprimento de duzentos dias letivos, distribuídos em cinco dias por semana e alguns sábados letivos, com a carga horária de quatro horas e trinta minutos por dia, divididos em módulos de 53 minutos para os alunos do 6º ao 9º ano sendo quinze minutos destinados ao recreio. São reservados duas horas e trinta minutos para os encontros quinzenais de reunião pedagógica. Para garantir que os encontros aconteçam e não cause prejuízo à carga horária do aluno, foram acrescentados 3 minutos em cada aula, o que permite que a cada 15 dias os alunos sejam liberados duas horas e trinta minutos mais cedo. Este encontro é um momento de estudo e de planejamento entre os professores e pedagogos.

No calendário enviado pelo Secretaria de Educação do nosso município já vêm destinados: quatro dias para reunião administrativa e de planejamento; cinco dias para assembleia de Colegiado que só acontece quando há a necessidade de fazer a prestação de conta, ou de realizar eleição para escolha de novos membros.

Já os encontros do Conselho de Classe acontecem ao final de cada bimestre, onde supervisor e professor discutem a situação dos alunos quanto ao nível de ensino aprendizagem e problemas de indisciplina.

Também está previsto três dias para o Seminário de Educação em que todos os professores e diretores da rede tem presença obrigatória por acontecer no horário de trabalho e ser remunerado. São oferecidos dez dias para Formação Continuada de Professores com a participação no Curso Gestar II para professores de português e matemática do 6º ao 9º ano.

A escola atende os 863 alunos do ensino fundamental em dois turnos, com o total de quinze turmas com a demanda de 35 professores para atendê-los. Mas no momento contamos apenas com 33 professores, pois a secretaria não conseguiu se organizar para atender os casos de substituições em tempo hábil.

O tempo resguardado para o planejamento do professor são as duas horas e trinta minutos do módulo que acontecem quinzenalmente, os três dias no início do ano onde é elaborado o planejamento anual de forma coletiva, dividindo os professores por área.

No início do ano letivo os alunos são enturmados respeitando a faixa etária e os níveis aproximados de aprendizagem. Os alunos de inclusão e os com alto índice de indisciplina são distribuídos nas turmas evitando a constituição de turmas homogêneas. Essa organização segue o pensamento de Cury (2002) que afirma que “turmas homogenias devem ser evitadas a fim de valorizar as experiências diferenciadas, o respeito ao outro, a diferença cultural e o apreço a tolerância”. (CURY, 2002. p 16).

A escola tem trabalhado com o sistema misto de ensino ciclo e série: Ciclo Complementar de alfabetização (fase IV) até o 5ºano e Seriação do 6º ao 9º ano. A organização do tempo escolar em ciclo deverá assegurar aos alunos a progressão continuada, considerando sem interrupções o desenvolvimento integral do aluno e a aprendizagem. A progressão continuada é um dos pontos favoráveis da formação por ciclo, assim o aluno tem um tempo maior para consolidar as habilidades e

competências necessárias ao desenvolvimento. O ciclo tem como objetivo garantir a permanência do aluno na escola, uma vez que o mesmo não passa pela frustração da reprovação, fator este que contribui significativamente para aumento da evasão escolar.

Mas o sistema de ciclo tem também seu lado negativo, por não haver repetência os alunos não se esforçam para aprender e acabam chegando ao ensino médio sem saber ler e escrever. Muitos de nossos educadores também não estão preparados para trabalhar com o sistema de ciclo. Acreditamos que para combater a repetência e o analfabetismo no Brasil é necessário que o governo crie políticas educacionais que realmente se preocupem com o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem. De acordo com a manifestação publicada na Revista Fórum na Rede (2001):

O combate à repetência exige também mecanismos de acompanhamento permanente dos alunos com dificuldades de aprendizagem; melhoria substancial das condições de Infra-estrutura das escolas, programas de formação, atualização e aperfeiçoamento dos professores; gestão democrática da escola e do sistema educacional; integração entre a escola e a comunidade entre outras medidas essenciais para assegurar a qualidade do ensino e a efetiva garantia do aprendizado. (FREITAS, 2001, p. 23).

Nesse sentido a nossa escola busca melhorar o atendimento e a qualidade do tempo de permanência dos educandos. De modo a oferecer atividades extra-turnos a escola atende o Programa Mais Educação, um projeto do governo federal, que consiste em oferecer oficinas para 200 alunos em horário inverso. Infelizmente, o governo não investe de forma adequada, falta material, profissionais capacitados e espaço para desenvolver as atividades. O investimento financeiro é baixo o que acaba comprometendo a qualidade do projeto. Segundo Cavaliere (2007).

Caso se considere que preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é unção da escola, o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis, toda uma Infra-estrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização do tempo. (CAVALIERE, 2007, p. 1022)

Neste sentido acreditamos que muitas mudanças devem ocorrer para que as escolas passem a ser respeitadas em relação aos investimentos e políticas que visem à melhoria da ampliação dos tempos e espaços escolares.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A Escola Municipal Maria da Cruz Resende vem buscando implementar a gestão participativa que de acordo com Gonçalves e Carmo (2001) deve ser baseada em bom senso, afinal a delegação de autoridades àqueles que estão envolvidos na produção de serviços educacionais, é construída a partir de modelos de liderança compartilhada.

O quadro de funcionários da escola é composto por: profissionais do magistério (concursados) e de serviços gerais (contratados por firmas terceirizadas) os mesmos são enviados a escola pela Secretaria de Educação, de acordo com a necessidade do quadro. A Secretaria de Educação também repassa às escolas do município o regimento que tem especificado a função e as atribuições de cada funcionário.

A escola tem um bom relacionamento com a Secretaria de Educação e tenta manter a documentação em dia e cumprir com os prazos estabelecidos, às vezes acontecem algumas divergências, pois a secretaria age de forma autoritária e os gestores tem pouca autonomia. Abaixo estão descritas alguns espaços de tomada de decisão em nossa instituição.

- Colegiado

O colegiado é composto pelo diretor, representantes dos seguintes segmentos: professores, especialistas, alunos maiores de 16 anos e pais. Os membros do colegiado serão eleitos pelo prazo de dois anos.

A escola ainda tem muita dificuldade em compor o seu colegiado, uma vez que as pessoas não tem consciência da importância da função que este órgão desempenha na escola. Devido a esta dificuldade a maioria das decisões da escola acabam sendo tomadas pelo gestor.

Para alcançar a gestão democrática que desejamos é necessário usarmos de estratégias como: reuniões, palestras e cursos de capacitação para conscientizar a

comunidade escolar e deixar claro que o colegiado é um órgão coletivo de decisões e análises de problemas da escola, que tem por finalidade auxiliar o diretor na tomada de decisões nas áreas administrativas, financeiras e pedagógicas. E tem funções deliberativas e consultivas em todas as esferas, respeitando as normas legais.

- Conselho de Classe

De acordo com o regimento escolar do município o Conselho de classe é constituído pelo: diretor, professor e especialista, e deveram se reunir no mínimo quatro vezes ao decorrer do ano letivo, as reuniões devem ser lavradas em ata. O aluno representante de turma deverá participar do conselho realizando avaliação do professor, especialista e direção escolar de forma democrática e respeitosa.

Mas atualmente o Conselho de Classe acontece ao final de cada bimestre com a participação restrita de alguns professores e especialistas que avaliam e discutem os resultados, frequência e a indisciplina dos alunos. O tempo é pouco para discutir, e propor ações buscando solucionar as situações problemas.

O Conselho de Classe é mais um dos mecanismos de participação da comunidade na gestão e no processo de ensino-aprendizagem desenvolvido na unidade escolar. Constitui-se numa das instâncias de articular os diversos segmentos da escola e tem por objeto de estudo o processo de ensino, que é o eixo central em torno do qual desenvolve-se o processo de trabalho escolar. (DALBEN, 1995, p.16).

Nesse sentido é necessário rever a forma a qual vem acontecendo o conselho. Ele deve avaliar não só os alunos, mas o processo educativo em todas as suas dimensões: o contexto social, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógica da escola, o trabalho docente e o desempenho discente. Assim avaliar torna-se uma atitude benéfica ao processo educativo e uma forma de dar transparência ao trabalho desenvolvido.

Com o intuito de fortalecer o exercício da democracia na escola o Grêmio Estudantil passa a fazer parte da proposta pedagógica da escola, uma vez que o mesmo tem o objetivo de dar voz aos alunos e incentivar a sua participação em diferentes momentos e ações da vida escolar e da comunidade. De acordo com VEIGA,(1998)

Numa escola que tem como objetivo formar indivíduos participativos, críticos e criativos, a organização estudantil adquire importância fundamental, na medida em que se constitui numa instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula (VEIGA,1998,P.113).

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola é um espaço de encontro das diversidades culturais, raciais e de ideais. Nesta correlação de forças que se originam conflitos, tensões e rupturas. A escola acredita na gestão participativa para que esta situação não venha interferir de forma negativa na qualidade dos serviços prestados pela escola. Nesse âmbito, o gestor assume o papel de mediador e articulador nas situações de conflitos e busca resolver de forma democrática, baseado no diálogo e no respeito as diferenças, conquistando a confiança do grupo, fator fundamental para manter uma organização unida. Segundo Culbert e McDonough, (1985)

Sem confiança, desentendimentos rotineiros são interpretados como traições; ordens simples se tornam expressões ríspidas; os planos mais bem concebidos fracassam. Sem confiança, os indivíduos tomam como pessoais às críticas e buscam esconder os pontos fracos em seu desempenho. Sem confiança a comunicação se torna pouco objetiva, vaga e defensiva, na medida em que os indivíduos brigam sobre questões que devem ser abertamente discutidas, caso a organização deseja ser eficaz. Sem confiança, assumir riscos, buscar inovações e ter criatividade são ações sufocadas. (CULBERT & MCDOUNOUGH, apud LUCK, 2005, p. 40)

Neste contexto os gestores da escola buscam promover o fortalecimento do trabalho em equipe pautado na solidariedade, reciprocidade e na participação.

As divergências que acontecem entre os alunos cabem aos docentes, supervisores e diretor intervirem, oportunizando o diálogo para a solução das situações conflituosas. Os casos graves são passíveis de penas contidas no regimento da escola, sendo advertência oral, advertência escrita com a presença dos responsáveis, em caso de reincidência suspensão por três dias e encaminhamento ao Colegiado e ao Conselho Tutelar. As penalidades tem sempre caráter formativo e não punitivo.

Nos conflitos entre funcionário x funcionários, aluno x funcionários e funcionário x família, o gestor busca solucionar o mais rápido possível, oportunizando o diálogo

entre as partes visando uma solução amigável. Quando ambas as partes não entram em acordo, são feitos relatos escritos em atas e passado aos órgãos competentes (Colegiado, Secretaria de Educação) para que juntos encontrem uma solução.

Para facilitar o diálogo o gestor tem o papel principal na articulação social entre todos os segmentos da escola. O supervisor é responsável em promover a articulação entre os docentes, a direção, os alunos e os pais.

Acreditamos que o ser humano se encontra em permanente processo de construção, neste sentido, promover cursos de capacitação é uma forma de preparar e manter os profissionais atualizados, valorizados em sua profissão e prontos para atender as demandas educacionais nos dias de hoje e de oferecendo uma educação de qualidade.

O corpo docente da escola é composto por meio de concurso público que exige formação específica na área para pedagogos e docentes que lecionam para os anos finais e magistério os anos iniciais do ensino fundamental. Aos auxiliares de biblioteca e de secretaria é exigido o ensino médio completo.

Para a capacitação dos profissionais, são oferecidos ao longo do ano vários cursos pelo Centro de Referências dos Professores, com participação voluntária do servidor. A Secretaria Municipal de educação oferece cursos de participação obrigatória, o Seminário de Educação para todos os docentes com duração de três dias. Curso de formação para auxiliares de secretaria, de biblioteca, cantineiras e diretores. Os cursos tem uma boa adesão por parte dos funcionários por ser oferecido em horário de trabalho.

A proposta de valorização dos profissionais da educação é feita de acordo com o plano de carreira do servidor público do município.

8. AVALIAÇÃO

Entendemos avaliação como instrumento indispensável para o sucesso do processo ensino aprendizagem e de construção de uma escola democrática. De acordo com Souza (2005)

A avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos e, se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. Isso serve tanto para avaliação institucional quanto para avaliação da aprendizagem. (SOUZA, 2005, p.32)

Neste sentido a escola deve realizar práticas avaliativas diagnósticas, investigativas, participativas, levando em consideração o aluno como um todo, respeitando sua bagagem cultural e as diferenças individuais. Na escola Municipal Maria da Cruz Resende a avaliação se dá de forma contínua no decorrer do ano letivo na fora de avaliação somativa, provas objetivas ao final de cada bimestre. A avaliação formativa, observações diárias acompanhando o processo de construção do saber do educando. De acordo o regimento da escola os créditos adotados para as avaliações realizadas pelo aluno ficaram assim distribuídos:

- 60/% - no decorrer do bimestre com no mínimo quatro atividades.
- 40/% - e no mínimo dois exercícios avaliativos.

Deverão participar da avaliação todas as pessoas diretamente envolvidas no processo de ensino aprendizagem. O professor criará situações de que lhe permitirá verificar se os objetivos propostos foram alcançados. A avaliação deverá retratar o desenvolvimento do aluno tendo em vista a preponderância dos aspectos qualitativos de aprendizagem sobre os quantitativos, e os instrumentos avaliativos serão elaborados pelo docente com a participação do supervisor de acordo com o currículo desenvolvido. Na escola para a averiguação do aproveitamento do aluno será adotados:

- Atribuição de conceitos.
- Sistema de pontos.

No ensino fundamental a avaliação será contínua e cumulativa e servirá de base ao professor para diariamente, mensalmente e por etapa, atribuir conceitos, cujo

registro se fará no Diário de Classe e na Ficha de Avaliação do aluno. Serão 100 (cem) pontos cumulativos, que cada aluno poderá conseguir durante o ano letivo.

Para atribuição de conceitos no ciclo inicial e complementar de alfabetização adotar-se-á os seguintes critérios:

- Conceito A - alcançou suficientemente os objetivos de estudo.
- Conceito B - alcançou parcialmente os objetivos de estudo.
- Conceito C - com um pouco mais de esforço, conseguirá alcançar os objetivos de estudo.

Nenhuma avaliação a que for submetido o aluno, poderá ter valor superior a 50%(cinquenta por cento) do total de pontos do bimestre. Cada nota ou conceito tem valor e significado restrito, informando sobre o desempenho ou estado de conhecimento do aluno no momento de cada avaliação.

Nossa escola tem explorado muito pouco os resultados das avaliações internas (simulados) e externas (SIMAVE, PROEB E PROVA BRASIL) é necessário desenvolver mecanismos para trabalhar com essas informações que apontam as fragilidades da escola, em cima das quais é necessário planejar ações para melhorar o processo ensino aprendizagem.

Apesar do avanço obtido no processo de avaliação do aluno, encontramos muita resistência quando se trata da avaliação dos profissionais ou dos processos desenvolvidos na escola. Somos frutos de uma cultura que entendia a avaliação servia como forma de punição. Quebrar este paradigma é um grande desafio para o gestor. Segundo SOUZA (1995, p. 63) “a avaliação se constitui como um processo de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar”

Neste contexto entendemos que a avaliação deve fazer parte do dia-a-dia da escola. Mas atualmente isso não acontece, os profissionais são avaliados apenas uma vez ao longo do ano, através de ficha de avaliação enviada pela Secretaria de

Educação, na qual são atribuídos pontos para cada fator avaliado. O gestor tem a responsabilidade de fazer a avaliação na qual deverá analisar os seguintes fatores:

I- capacidade técnica, II-responsabilidade, III- iniciativa, IV-eficácia, V- produtividade, VI - assiduidade e pontualidade, VII- eficiência, VIII- adaptação, IX- cooperação e solidariedade, X- economia, XI- respeito, XII cumprimento do planejamento, XIII- relacionamento com alunos.

A avaliação do gestor é feita pelo superintendente de ensino da Secretaria de Educação. Mas este não tem condições de fazer esta avaliação, por não evidenciar a realidade escolar e por não acompanhar o trabalho do gestor no dia-a-dia.

Avaliando somente o trabalho burocrático e não as relações de trabalho que acontecem dentro da escola. De acordo com a Secretaria estas avaliações são realizadas com o intuito de melhorar o desempenho dos profissionais e a qualidade dos serviços prestados.

Não acreditamos que apenas esta avaliação realizada no final do ano seja suficiente para promover a melhoria dos serviços prestados pela escola. É necessário criarmos outros mecanismos, para que a avaliação aconteça mais vezes durante o ano, oportunizando momentos de reflexões que leve ao aprimoramento do trabalho, e de também subsídios para fazer a avaliação enviada pela secretaria no final do ano.

Como a escola busca alcançar a Gestão Participativa este processo deve ser revisto, sendo preciso criar instrumentos de avaliação onde alunos, pais, funcionários e comunidade local tenham a oportunidade de se manifestar e ao mesmo tempo indicar caminhos possíveis para atingir uma educação de qualidade.

No que se refere à avaliação do Projeto Político Pedagógico, atualmente ela não tem se efetivado na prática, mas a partir desta reformulação e diante dessa nova forma de organização da gestão, nos propomos a fazer com que a mesma aconteça ao final de cada ano ou quando se fizer necessário. Por não se tratar de um documento pronto e acabado, acreditamos que o PPP deve ser constantemente reformulado de forma coletiva, analisando, discutindo e aperfeiçoando os aspectos necessários.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, J.C. "Escola cidadã: a experiência de Porto Alegre". *In*: OLIVEIRA, D.A. e DUARTE, M.R.T. (orgs.), **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação**. Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de escola e qualidade na educação pública**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010

DALBEN, A. I. L. F. (Org.). **Avaliação da implementação do projeto político pedagógico da Escola Plural**. UFMG-GAME. Belo Horizonte, 2000.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir; relatório para a UNESCO. Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. 3. ed. São Paulo: Cortez; MEC, 1999.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

FREITAS, Luis Carlos de. Ciclo ou séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola? *In*: **Reunião Anual da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em educação**, 27, 2004. Caxambu. Anais eletrônicos. Caxambu, 2004. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. **A educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

LÜCK, Heloísa (et. al.). **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MINAS GERAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental**. Ciclo I-II – 1º ao 5º ano/9 – Santa Luzia:2008.

SETTE S.S., AGUIAR M.A., SETTE J.S.A.S – **Vivência na Escola** - integração teoria prática na formação de recursos humanos para Informática na Educação – Anais do SBIE – SBC – 2000

SOUZA, Ângelo Ricardo de et al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 07/06/2010.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.